

Este número da Cadernos Cenpec tem a formação de professores como dossiê temático. Assunto importante em todo o mundo, possui grande relevância no atual contexto brasileiro. Pesquisas apontam para importantes lacunas nos processos de formação inicial e continuada dos professores no país. Estamos diante do desafio da implementação do Plano Nacional de Educação, cuja meta 16 propõe “Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”. As metas relativas à melhoria da qualidade da educação e ampliação de oferta do ensino são sobremaneira correlatas à necessidade de consolidação de estruturas e processos de formação docente eficazes.

Esta edição da Cadernos Cenpec traz contribuições para refletirmos sobre os desenhos, objetivos e finalidades das políticas de formação de professores: o que precisamos melhorar? O que seria necessário instituir e considerar, para tanto? Há avanços? Quais as lacunas e desafios nas escolas, nos sistemas de ensino e nas universidades quando o assunto é formação docente? Que características têm processos formativos que fazem a diferença para o ensino e aprendizagem e para os professores? O que dizem pesquisas de outros países sobre esses assuntos? Essas são questões com as quais os artigos, entrevistas e traduções presentes neste número discutem e contribuem. Esperamos que nossos leitores encontrem subsídios que lhes proporcionem reflexões produtivas rumo ao desbravamento de caminhos indutores de mudança.

Seis artigos compõem o especial. Em “Formação continuada como parte integrante da atividade docente: um olhar a partir da perspectiva da cotidianidade”, Anna Helena Altenfelder se vale do conceito de cotidianidade, de Agnes Heller, segundo o qual os indivíduos tendem a agir de forma espontânea e pragmática, sem apoio nos conhecimentos científicos, para refletir sobre formação continuada. Para tanto, Altenfelder analisa a experiência de professores que realizaram oficinas de produção de textos com seus alunos sob orientação de materiais da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro. A análise se baseou em questionários respondidos por 365 professores. Os resultados apontam que o uso desses materiais permitiu a ruptura com formas de agir não fundamentadas e contribuiu para o desenvolvimento profissional docente, o que levou a autora a argumentar que a formação continuada pode ser realizada de forma a construir sentidos e significados para a prática docente que rompam com a cotidianidade.

Paula Louzano e Gabriela Moriconi, no artigo “Visión de la docencia y características de los sistemas de formación docente”, investigam a relação existente entre visões sobre a docência, sobre

os saberes necessários à docência e as características da formação inicial de três países distintos – Finlândia, Cingapura e Estados Unidos. Nos dois primeiros verificaram forte vínculo entre visão de docência como profissão, zelo pela qualidade da ação docente e rigor na oferta de cursos de formação inicial, com a presença do Estado no acompanhamento dos processos garantidores dessa qualidade. Nos Estados Unidos, detectaram duas visões em disputa: parte das políticas supõe a importância da profissionalização docente, com aumento de exigências e controle por parte do Estado; outra afirma que essa exigência impede o ingresso de bons professores na carreira, sendo necessário desregulamentar a formação tradicional e pensar em rotas alternativas focadas na avaliação do desempenho do aluno.

Em “Contribuições de um curso de formação continuada observados na prática pedagógica de professores”, Maria Gracilene de Carvalho Pinheiro, Angélica da Fontoura Garcia Silva e Ruy César Pietropaolo descrevem e analisam resultados de uma interessante pesquisa sobre um processo de formação continuada, por eles realizado, de professoras de matemática dos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas estaduais de São Paulo. A formação foi desenvolvida pelos autores após diagnóstico dos conhecimentos do tema em estudo junto às professoras, advindo da análise de questionários respondidos por estas no início da pesquisa. Na ação formativa, os autores focalizaram o trabalho em um conhecimento específico: o ensino e a aprendizagem da fração. Finalizada a formação, foram feitas entrevistas e observação de sala de aula. Concluíram que o processo formativo desenvolvido não apenas contribuiu para a ampliação do conhecimento profissional das professoras, como também levou à modificação da sua prática.

Alex Rodrigues da Silva e Poliana da Silva Almeida Santos Camargo apresentam no artigo “Teoria e prática no processo de formação inicial de professores de geografia e história” parte dos resultados de pesquisa realizada com professores dessas disciplinas do ensino fundamental e médio de escolas públicas e particulares. A pesquisa – conduzida por graduandos também de geografia e história – teve o objetivo de analisar como ocorre a atuação nas áreas em questão e quais as contribuições da psicologia para a prática docente. Entre os dados coletados, destacam-se os que indicam que os professores tiveram dificuldade em citar quais são os referenciais teóricos utilizados em sala de aula e que apenas alguns ressaltaram problemas provenientes da própria formação profissional quando questionados sobre o que melhorariam na escola.

Dois textos deste número discutem o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) como política de formação docente, lançando luzes sobre novas estratégias de melhoria da formação inicial do professor em curso no país. O primeiro, de Paulo César Geglio e Anna Karolina Fidelis da Silva – “As contribuições e os limites do Pibid como política governamental para a formação docente”, toma como referência para discussão do programa a participação do curso de licenciatura em Ciências Biológicas do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os autores afirmam que o programa possibilita a concretização da relação entre teoria e prática, desenvolvimento da prática docente no contexto real do processo de ensino e de aprendizagem, suscita a reflexão sobre a ação, incentiva o trabalho em equipe e possibilita a interação entre a instituição formadora (universidade) e o local de futura atuação profissional (escola de educação básica).

Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo e Cláudia Alves da Silva, em “O Pibid como política pública de formação docente: discutindo resultados exitosos”, realizaram um estudo junto a alunos do curso de Pedagogia do campus avançado de Patu, da Universidade Estadual do Rio Grande Norte (UFRN), visando analisar a compreensão desses alunos sobre a relação entre sua atuação no Pibid e seu processo formativo. Após análise de entrevistas com participantes do programa, os autores concluem que o Pibid tem propiciado uma formação docente mais completa e próxima do desejado para um futuro profissional da educação, na medida em que tem contribuído para que seus participantes vivenciem a relação teoria/prática de forma mais eficaz que o estágio supervisionado. Os dados levaram os autores a também afirmar que o Pibid contribui para o fortalecimento da relação universidade/escola.

Na seção Pesquisas e ensaios, o artigo “Remoção de professores e desigualdades em territórios vulneráveis”, produzido no âmbito dos trabalhos da Coordenação de Desenvolvimento de Pesquisas do Cenpec, discorre sobre a relação entre mobilidade docente, vulnerabilidade social do território e desigualdade escolar. Os autores – Luciana Alves, Frederica Padilha, Antônio Augusto Gomes Batista, Maurício Érnica e Hamilton Harley de Carvalho-Silva – analisam dados de concursos de remoção de professores dos anos iniciais do ensino fundamental para investigar os padrões de transferência de professores entre escolas de uma região de alta vulnerabilidade do município de São Paulo. A análise dos dados confirma a hipótese de que as escolas de entorno menos vulnerável e que concentram alunos com maiores recursos sociais e culturais atraem professores que ocupam as melhores posições na carreira. Os autores concluem que a concorrência entre professores,

organizada pelas regras dos concursos de remoção, pode ser considerada um dos mecanismos que vinculam desigualdades escolares e vulnerabilidade social do território.

Na seção Ação educacional: crítica e sistematização, a professora Magda Soares nos brinda com o texto “Formação *de* rede: uma alternativa de desenvolvimento profissional de alfabetizadores/as”. Resultado de uma palestra feita no Cenpec em 2013, esse texto faz um relato do trabalho que Magda vem realizando como assessora da rede municipal de ensino de Lagoa Santa (MG) visando, segundo ela, o *desenvolvimento profissional de alfabetizadores*. O trabalho é feito junto a um grupo de professoras da rede (selecionadas para atuarem como formadoras em suas escolas) com foco no conhecimento e na compreensão dos processos linguísticos e cognitivos da aprendizagem inicial da língua escrita e suas implicações para a orientação das crianças. Para a autora, apesar de esse conhecimento não ser explorado a contento na formação inicial, é fundamental na implementação de procedimentos, métodos e atividades que promovam o desenvolvimento das crianças. Magda faz a descrição do trabalho com base nos quatro princípios do projeto: continuidade, integração, sistematização e acompanhamento.

Em “Formação continuada, para quê?”, Meyri Venci Chieffi e Maria José Reginato descrevem quatro experiências de formação continuada de professores de redes públicas de ensino das quais participaram como formadoras. A análise feita permitiu às autoras identificar condições comuns que fizeram com que, enquanto formadoras, avaliassem positivamente essas experiências tais como: não têm natureza meramente técnica; envolvem a discussão de ideias e de práticas políticas baseadas na liberdade, na cidadania e na democracia; e têm caráter participativo, garantindo a adesão dos docentes e a aproximação da formação com os problemas reais vivenciados no cotidiano das escolas.

Na seção Traduções, optou-se pela tradução de dois textos, originalmente em inglês, que, apesar de não serem recentes, são inéditos no país e dialogam com nosso atual contexto educacional.

Em “Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma”, Lee S. Shulman reflete sobre o que chama de base de conhecimento para o ensino: “um agregado codificado e codificável de conhecimento, habilidades, compreensão e tecnologias, de ética e disposição, de responsabilidade coletiva”. O autor especifica quais seriam o conteúdo, o caráter e as fontes (áreas da pesquisa acadêmica e da prática didática das quais os professores podem extrair o conhecimento necessário para o ensino) que compõem essa base

de conhecimento. Os argumentos de Shulman têm implicações para a política educacional na medida em que discutem bases para processos de formação de professores em um modelo de excelência pedagógica. Para o autor, essa base deve ser capaz de gerar a compreensão do professor em relação a todo o seu conteúdo, mas também dotá-lo da capacidade de julgamento sobre decisões pedagógicas e ações no momento em que atua. De acordo com Shulman, um modelo de excelência pedagógica deveria apresentar “um entendimento apropriado da base de conhecimento para o ensino, das fontes para esse conhecimento e das complexidades do processo pedagógico”.

Em “A importância da formação docente”, Linda Darling-Hammond discute a relação entre o ensino e a formação do professor baseada em levantamento de uma variada gama de pesquisas sobre o assunto. Analisando tais estudos, a autora apresenta relevantes constatações para o desenho de políticas educacionais de formação de professores, dentre elas: o conhecimento específico da matéria exerce efeito positivo sobre o desempenho, mas esse efeito vai até certo limite; o conhecimento pedagógico (sobre a aprendizagem, métodos de ensino e currículo) pode exercer efeito ainda mais forte que o conhecimento da matéria; alunos brilhantes, certificados em processos distintos e mais rápidos que a formação inicial tradicional, não conseguiram o efeito esperado sobre sua formação, tampouco na de seus alunos; há relação negativa entre desempenho de alunos e ensino efetivado por professores que não passaram por formação inicial nos moldes tradicionais; professores com cinco anos de formação se mostraram mais satisfeitos com sua preparação e são vistos pelos colegas como mais preparados em comparação com os que se formam em quatro anos. Linda argumenta, portanto, que “a qualidade e a extensão da formação docente” influem na qualidade dos professores.

Duas entrevistas compõem esta edição. Uma das nossas maiores referências em formação de professores, Bernardete Gatti discorre sobre os problemas, conflitos e desafios da formação de professores no país. No que concerne à formação inicial, trata de lacunas estruturais que geram uma preparação insuficiente do professor para atuar em sala de aula. Os cursos de Pedagogia e as licenciaturas, especialmente na universidade pública, têm se dedicado a formar mais o pedagogo e bacharéis. A qualidade dos estágios de docência é baixa. A pós-graduação das faculdades de educação encontra-se muito voltada para a pesquisa e distante do conhecimento sobre a didática. Sugere a criação de um departamento nas universidades públicas que articule os demais departamentos envolvidos com a formação dos professores. Quanto à formação continuada, Bernardete afirma que na maior parte dos casos está

apenas suprindo as omissões da formação inicial, não sendo estruturada por um planejamento que articule o diagnóstico das dificuldades dos professores e a proposta formativa.

Referência para a área de formação de professores que atuam no ensino da língua materna, nesta entrevista Ana Teberoski fala da sua experiência com pesquisas em escolas, que têm evidenciado modos eficazes de ensino da escrita e da leitura. Afirma que o foco do seu trabalho está em discutir o que o professor pode fazer para melhorar a aprendizagem de seus alunos, considerando três dimensões distintas: o professor, o aluno e textos. Suas pesquisas têm se voltado sobretudo ao experimento de meios para o ensino da escrita que, para ela, é um processo substancialmente analítico. Exalta os jogos de linguagem como excelentes meios para o ensino das capacidades necessárias à escrita e trata da importância da leitura do professor para o aluno e do exercício da escrita pela criança como ferramentas fundamentais para a aprendizagem.

Um agradecimento especial à Paula Louzano, que gentilmente colaborou com a indicação e tradução dos textos de Linda Darling-Hammond e Lee Shulman.

Boa leitura!

